



ESTUPRO: VIOLÊNCIA E SOFRIMENTO

RAPE: VIOLENCE AND SUFFERING

Rosimeire DE CARVALHO MARTINS

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e professora do curso de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas-UFAM.

Data de recepción: 15/06/2011

Data de aceptación: 06/10/2011

Gizelly C. MARTINS

Doutoranda em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e professora de Psicologia.

RESUMO

O estupro é o tipo de violência sexual praticada desde os primórdios da história da humanidade e sua presença ainda hoje aparece em várias sociedades como algo que amedronta as relações entre homens e mulheres e causa impacto negativo na saúde de quem o sofre. Nossa pesquisa teve como objetivo investigar o seu impacto na saúde de jovens mulheres vitimadas. Foram entrevistadas dezoito mulheres vitimadas sexualmente, sendo doze vítimas de abuso extrafamiliar e seis de abuso intrafamiliar. Os dados das entrevistas foram analisados através da utilização da técnica de análise de conteúdo temática. Identificamos que o sofrimento vivenciado após o abuso sexual se reflete de várias formas e em vários aspectos de sua vida, influenciando sua saúde e levando, em alguns casos, a estados de morbidade e até a morte.

PALAVRAS-CHAVE: *estupro, sofrimento, violência sexual.*

ABSTRACT

Rape is the kind of sexual violence practiced since the dawn of the history of mankind and its presence is still today seen in many societies as something that scares the relations between men and women and causes negative impact in the health of the victim. Our research aimed to investigate its impact in the health of victimized young women. Eighteen sexually victimized women were interviewed, twelve were victims of the abuse outside of the family and six inside. The data of the interviews were analyzed through the theme content analysis. We identified that the suffering lived after the sexual abuse reflects in many ways and many aspects of life.

Correspondencia:

E-mail: rosedcm@gmail.com; gizadcm@gmail.com

KEYWORDS: *Rape, suffering, sexual violence.*

RESUMEN

ESTUPRO: VIOLENCIA Y SUFRIMIENTO

El estupro es el tipo de violencia sexual practicada desde los principios de la historia de la humanidad y su presencia todavía hoy aparece en varias sociedades como algo que amedrenta las relaciones entre hombres y mujeres y causa un impacto negativo en la salud de quien lo sufre. Nuestra investigación tuvo como objetivo verificar su impacto en la salud de víctimas en la ciudad. Fueron entrevistadas dieciocho mujeres, siendo doce víctimas de abuso extrafamiliar y seis de abuso intrafamiliar. Los datos de las entrevistas fueron analizados a través de la utilización de la técnica de análisis del contenido temático. Identificamos que el sufrimiento vivenciado después del abuso sexual queda reflejado de varias formas y en varios aspectos de su vida, influenciando su salud y llevando, en algunos casos, a estados de morbilidad y hasta la muerte.

PALABRAS LLAVE: *estupro, sufrimiento, violencia sexual.*

ESTUPRO: VIOLÊNCIA E SOFRIMENTO

INTRODUÇÃO

O estupro é uma das formas de violência sexual praticada desde os primórdios da história da humanidade e sua presença ainda hoje aparece em várias sociedades como algo que amedronta as relações entre homens e mulheres e causa impacto negativo na saúde de quem a sofre. Embora seja um crime que atenta contra a liberdade da pessoa, é praticado em quase todas as culturas, etnias e classes sociais.

No Brasil esse tipo de violência se coloca hoje como um problema recorrente

em muitas cidades brasileiras e, inúmeras causas são apontadas como propiciadoras do seu aumento. Uma face assustadora desse fenômeno é que o mesmo passa a ser visto como natural, restando aos afetados aprender a conviver com ele. As vítimas preferências são as mulheres, principalmente crianças e adolescentes. A vítima de estupro está exposta a diferentes riscos, que comprometem sua saúde física e mental. Para Rodrigues et al (2006), as consequências são múltiplas, e seus efeitos devastadores. Assim, a violência sexual constitui um sério problema de saúde pública por ser uma das principais causas de morbidade e mortalidade feminina (HIGA, MONDACA, REIS & LOPES (2008)

As pesquisas de Furniss (2002), Pedrosa (2009), Scodelario (2002), Foward & Buck (1989), Azevedo & Guerra (2000), Lewis e Wolkmar (1993), Viodres Inoue & Ristum (2008), entre outros, enfatizam as consequências emocionais nos vitimados sexualmente. Ressaltam esses autores que as feridas emocionais são intensas e profundas, requerendo, às vezes, tratamento durante muitos anos. Dessa forma, para Oliveira et al (2005) e BedoneI & Faúndes (2007), os danos psicossociais são muitos e se apresentam de diversas formas e em vários aspectos da vida, influenciando a saúde e levando, em alguns casos, a estados de morbilidade e até à morte.

Na França, a violência sexual praticada contra crianças, adolescentes, e a mulher, impôs-se como o grau máximo do mal (Vigarello, 1998). Dados não faltam para que uma história de horror e medo sobre o estupro fosse escrita. Vigarello (1998), ao falar sobre a história do estupro na França do século XVI ao XX, ressalta a complexidade dessa forma aviltante de violência sexual ressaltando sua banalização e “tolerância” pela sociedade, dada a raridade das queixas. As queixas eram raras porque segundo o autor as vítimas sentiam vergonha pela exposição de sua intimidade que era exposta e do aviltamento

pelo contato sentido. Nos primeiros séculos do período estudado, contavam mais os sinais físicos da violência, pois só eles é que poderiam tornar evidente o delito cometido e o dano causado.

Nos Estados Unidos a questão da violência sexual sempre foi muito discutida, mas o debate sobre a violência sexual toma força a partir do movimento feminista, na década de setenta. A definição costuma ser muito mais abrangente, exclui o uso necessário da força física e considera que crianças e adolescentes estão abaixo da idade de dar seu consentimento, isto é, quando são jovens demais para consentir a relação sexual.

Outra questão que também alarga a definição nos Estados Unidos tornando-a mais ampla e flexível é que a mesma não se prende ao fato da penetração ser apenas vaginal como aqui no Brasil, podendo também ser oral ou anal, inclusive em vítima de sexo masculino, caso que, quando acontece aqui no Brasil, chamamos de atentado violento ao pudor.

De modo geral, a definição de estupro nos Estados Unidos é a de agressão sexual que pode ou não estar vinculada à violência e à força, incluindo tanto a força física quanto a psicológica, onde a penetração pode ser por um corpo estranho que não seja só o pênis do agressor.

Desse modo, nos Estados Unidos da América, de modo geral a conceituação mais comum é orientada segundo o *Rainn Statistics* (Rape, Abuse & Incest National Network, 2003): “Estupro é a relação sexual forçada, incluindo tanto a força física quanto psicológica”. Para o *Rainn Statistics*, a agressão sexual inclui ampla variedade de vitimizações, diferentes de estupro ou de tentativa de estupro. Esses crimes incluem agressões completadas ou tentativas de agressão envolvendo geralmente contato sexual não desejado entre vítima e agressor.

No Brasil, ainda hoje juridicamente o estupro é caracterizado a partir dos indícios fisiológicos e o testemunho da vítima não é considerado sem a comprovação material. Costuma-se defini-lo legalmente apenas pela penetração vaginal obtida pelo constrangimento mediante grave ameaça ou uso da força, excluindo-se todas as outras formas de penetração. As dificuldades para o estudo do estupro como uma modalidade de abuso sexual, começam com questões metodológicas, que dificultam tanto a definição do termo quanto a sua prevalência.

Desse modo, no Brasil o estupro significa ato de constranger alguém a ter relações sexuais, sem consentimento, mediante o uso da violência, física, psicológica ou de graves ameaças, podendo ocorrer tanto na esfera privada como nos espaços públicos, e ser praticada por pessoa conhecida ou não da vítima. O que para Ferrari (2002) se constitui em ato invasivo com uso da força e da coerção, e nessa prática para Chauí (2006) a pessoa é transformada em coisa,

Teles e Melo com respeito à violência sexual acrescenta (2002) que “ela pode ocorrer dentro de um contexto violento e não de paixão, ou com o objetivo de encontrar satisfação sexual” (p. 41). Para essas autoras o agressor “usa da sexualidade para manifestar sentimentos de poder...” (p.19). De acordo com elas, o ato de estupro não passa de um ato pseudo-sexual, uma conduta sexual baseada na agressão, na violência e no amplo domínio da vítima.

Na sociedade brasileira, somente uma pequena parcela da população vitimada comparece às delegacias de polícia para prestar queixa do crime, devido a várias causas. Sente vergonha, medo das ameaças que o abusador fez ao praticar a violência, medo da rejeição pelo parceiro, da discriminação pela família, pelos amigos e conhecidos e até pela possibilidade de o fato vir a ser divulgado pela

imprensa, e muitas vezes de ir até a delegacia e ter que ser ouvida pelos funcionários que lá trabalham, e até mesmo pela descrença sobre a eficiência da justiça e da polícia.

Assim como no Brasil, na Inglaterra o estupro é conceituado como sendo a penetração forçada da vagina pelo pênis. Assim, a questão do consentimento torna-se sempre um fator polêmico nos casos de estupro, sendo difícil também nesse país determinar a real incidência desse crime porque a maioria dos casos também não é relatada à polícia.

Vários modelos teóricos de análise da violência sexual referem-se às implicações e considerações das diferenças culturais. É nesse sentido que Korbin (1988), Souza & Ristum (2005), sustentam que na prática uma definição que possa ser adotada em várias culturas é inviável, porque se a violência ocorre no interior da cultura, só deve ser definida com base em seus parâmetros específicos. Os estudos transculturais consideram que a definição do que é bom ou ruim para a criança ou adolescente, depende basicamente dos padrões culturais nos quais a família, a criança e o adolescente estão inseridos.

Jewkes, Wood e Maforah (1998), em uma pesquisa no Centro para Pesquisa Epidemiológica da África do Sul, apresentada no Conselho de Pesquisa Médica, feita com mulheres adolescentes sobre violência sexual, mostra um claro exemplo de que os fatores culturais devam ser levados em consideração por serem determinantes na compreensão do que é e do que não é violência sexual. Essas pesquisadoras verificaram, ao entrevistar mulheres sexualmente vitimadas, que elas diziam que os homens as tinham forçado a amá-los.

Ressaltam que os homens apresentavam práticas coercitivas para dominar as suas parceiras, com condições de tempo de sexo e de tipo de relacionamento sexual definidos por eles. As suas parceiras não os denunciavam e

nem se distanciavam da relação porque não entendiam esse ato como violência sexual. Tal prática revelou, para as pesquisadoras, que a sociedade na qual essas garotas estão inseridas determinou esse tipo de comportamento de submissão, e que também se perpetuava através do reforço dessas experiências pelas outras colegas da mesma idade, que entendiam que o silêncio e a submissão eram as respostas apropriadas nessa cultura.

A esse respeito Gonçalves (2003, p.88) nos alerta para as implicações de se estudar o abuso sexual em outras culturas, tomando como referência paradigmas que são diversos ao da cultura estudada, pois segundo ela, o patriarcado e noções como autoridade, infância, sexualidade e desenvolvimento, envolvidos na temática do abuso sexual, possuem raízes históricas e sociais que não podem ser desconsideradas no estudo deste tema.

Gonçalves (2003) diz que a primeira implicação é que se deve abrir mão de definições universais do abuso, visto que um ato só se torna abusivo e só traz prejuízos para a criança ou adolescente, se a cultura específica lhe confere significação negativa. Assim, qualquer definição universal deve antes se submeter ao crivo particular do grupo social em estudo. Desse modo, para ela, o comportamento abusivo é definido pela sociedade e varia tanto no espaço geográfico quanto na dimensão temporal.

Consoante a isso Korbin (1988) enfatiza que os valores universais propostos na legislação internacional não são diretamente aplicáveis às realidades locais. Para ele, seria mais coerente adotar concepções consoantes aos locais de violência, e assim fazer com que essas definições orientem a ação que visa monitorar a violência.

Souza (2005) ressalta que é importante reconhecer que não possuímos consenso sobre

o que é violência, pois para esse autor essa dificuldade ocorre porque a violência está fundada na cultura e constantemente sofre transformações. Para ele o processo dinâmico de mudança cultural leva alguns autores a adotar o relativismo cultural para entender a violência que se manifesta no cotidiano e que é considerada “exótica” porque revela aspectos culturais diferentes. De acordo com ele, devemos ter cuidado porque uma posição reducionista e enganosa pode proporcionar interpretações desastrosas que legitimam e obscurecem práticas culturais excêntricas que violam a integridade pessoal.

Souza (2005) defende a idéia de que é necessário transcender as culturas, adotando uma posição universalista que tenha como premissa básica os direitos humanos, ou seja, uma posição que coloque os “direitos relacionados à liberdade, à integridade e ao acesso aos bens culturais, tangíveis e simbólicos, acima das práticas culturais” (p. 137). Ressalta que embora os estudos culturais sejam muito importantes por permitir dar visibilidade às práticas de diferentes culturas, não esgotam a análise, sob pena de que essas práticas que violam a integridade individual sejam legitimadas apenas porque são práticas culturais.

Acreditamos que é preciso muita cautela quanto às definições sobre o abuso sexual, visto que, também deixar de considerar definições universais de abuso sexual para se adotar concepções locais, é, sem dúvida alguma, deixar de considerar que direitos humanos amplamente defendidos e adotados em todas as sociedades humanas sejam respeitados, deixando, sobretudo de considerar que a liberdade é o elemento fundamental dos direitos humanos. Eles englobam o direito a uma sexualidade prazerosa, que é essencial em si mesma e, ao mesmo tempo, um veículo fundamental de comunicação e amor entre as pessoas e, sobretudo, porque os direitos sexuais incluem o direito à liberdade.

Fagundes (2001, p. 4) assevera que esses acontecimentos históricos são, portanto, os fatores desencadeadores da nova discussão sobre o abuso sexual, ressaltando que existem várias perspectivas possíveis para se conceituar o abuso sexual, pois se inscrevem no âmbito das formas violentas de se relacionar entre as pessoas e pode-se defini-lo à luz da legislação em vigor, dos conhecimentos científicos acumulados sobre processos de desenvolvimento e, evolução psíquica, física, intelectual e emocional do ser humano bem como, sob o ponto de vista da análise da sociedade em que a vítima e o abusador estão inseridos.

Enfatiza que a legislação de um país pode “revelar” o “espírito” de seu povo através do entendimento do espírito da lei, e da leitura de suas linhas e entrelinhas. Pode-se, também, interpretá-las para se buscar conhecer a ideologia, os valores e a vontade política de como se ordenar as relações sociais e o bem comum.

Segundo ele, no caso da legislação brasileira, em relação ao abuso sexual a interpretação do que é abuso, é um procedimento subjetivo e incurado porque os crimes sexuais são formulados pelo Código Penal como se fossem crimes contra os costumes e a moralidade pública. A mulher tinha que ser “honesta” para ser reconhecida como tendo direito à proteção da lei. E a sua virgindade seria a prova de sua ingenuidade e falta de conhecimento sobre sexo e sexualidade. Ademais, na legislação brasileira, os direitos civis de cidadania se baseiam no princípio de que a vítima é que tem que provar que é inocente.

O Código Penal é uma lei federal cuja parte que define os crimes e suas penas é de 1940, portanto, reflete o pensamento patriarcal e sexista reinante naquela época, o que se faz sentir principalmente no que diz respeito à violência sexual. O fato de “esses crimes serem

tratados como crimes contra os costumes vem sendo há muito tempo questionado tendo em vista que esse tipo de violência é dirigido contra a pessoa e não contra a sociedade” (TELES & MELO, 2002, p. 81).

Nesses crimes, a ação penal depende da vontade da vítima para ser iniciada. São crimes que dependem de uma queixa-crime. Isso quer dizer que a vítima deve ir até a delegacia fazer a queixa e o boletim de ocorrência (BO). Caso haja violência real (violência física) é o Ministério Público que inicia a ação penal, e, quando não houver esse condicionante, é preciso procurar um advogado para encaminhar a queixa-crime ao juiz. Se isso não for feito no prazo de seis meses a contar do dia em que se souber quem é o autor do crime, o agressor não poderá mais ser processado. Caso a pessoa não tenha condições financeiras de contratar um advogado, é o Ministério Público quem inicia a ação penal.

Neste artigo, pretendemos mostrar que o estupro é um tipo de violência sexual que causa grande desordem na saúde de pessoas que o vivenciaram. Nossa pesquisa teve como objetivo investigar as dificuldades afetivas enfrentadas pelas vítimas após abuso sexual. Para tanto, buscamos seguir um enfoque psicossocial da violência sexual tomando como ponto de partida, os relatos da experiência de estupro vivida por mulheres adolescentes para entendermos os sentidos atribuídos ao sofrimento e quais aspectos da vida delas foram afetados pela violência sofrida.

O ESTUPRO

Segundo o Ministério da Saúde (2005), a violência sexual é considerada causa importante de morbidade, atingindo principalmente as mulheres jovens em idade reprodutiva. É difícil, entretanto, estabelecer a prevalência da violência sexual porque os casos denunciados são apenas uma pequena proporção do total.

Uma das causas que contribui para o baixo índice de denúncias é que a maioria das agressões são praticadas contra crianças e adolescentes e em ambientes familiares e são praticadas por pessoas conhecidas, onde existe um vínculo sentimental ou hierárquico entre os agressores e as vítimas. Outra causa é que, quando esse tipo de violência ocorre fora da família e por desconhecido da vítima, surge o medo de vingança, a sensação de culpa, o desconhecimento dos direitos e o descrédito na justiça. (OSHIKATA, BEDONE & FAGÚNDES, 2005).

Em algumas cidades, as ações para o combate à violência infelizmente ainda não são ações integradas da justiça, educação, ação social e saúde, juntamente com a sociedade civil. Os serviços oferecidos à sociedade restringem-se principalmente ao atendimento de mulheres agredidas sexualmente, sejam crianças, adolescentes ou adultas, para atender a suas necessidades imediatas e protegê-las dos riscos de gravidez, de doenças sexualmente transmissíveis e das consequências psicológicas da violência.

As fontes oficiais de informação sobre a violência sexual, dentre as quais se encontra a Secretaria de Segurança Pública e os Programas de atendimento às Vítimas, indicam que este fenômeno tem crescido, especialmente nas áreas periféricas da cidade. Sabe-se, entretanto, que uma gama significativa dessa forma de violência não chega ao conhecimento institucional oficial, constituindo uma cifra “sombria” sobre a qual não há quaisquer informações. Mesmo o que é registrado sofre sérias limitações, tendo em vista o deficitário preenchimento dos formulários que não informam dados essenciais ao esclarecimento do evento.

Os registros de Programa SENTINELA que tem atuação nacional e é uma iniciativa do Ministério da Assistência e Promoção Social, destinado ao atendimento social especializado

de crianças e adolescentes que sofrem algum tipo de violência sexual e também combate o abuso e a exploração sexual, indicam uma diminuição na idade de vítimas de abuso sexual.

Há segundo o SENTINELA registros indicadores de que o abuso sexual intrafamiliar (incesto), somente no período de janeiro a abril de 2002, evoluiu para 27% na faixa etária de 15 a 18 anos; 18% na faixa etária de 0 a 6 anos; e 55% na faixa etária de 7 a 14 anos. Já o abuso sexual extrafamiliar evoluiu para 31% na faixa etária de 15 a 18 anos; 18% na faixa etária de 0 a 6 anos; e 51% na faixa etária de 7 a 14 anos. O Programa Sentinela registrou, no ano de 2002, 401 casos de abuso sexual; em 2003 atendeu a 368 casos de abuso sexual; em 2004 recebeu 310 casos e em 2005 assinalou o registro de 650 casos de abuso sexual. Em 2008, o SAVAS (Serviço de Atendimento às Vítimas de Agressão Sexual) registrou atendimento de janeiro a julho de mais de 312 vítimas de estupro. No mesmo período, a Secretária de Estado da Segurança pública (SSP), registrou somente 135 casos de violência sexual (Jornal Diário, de 28 de agosto de 2008), o que nos indica a falta de integração do número de casos de violência sexual dos órgãos públicos que atendem as vítimas.

A partir desse panorama de crescente aumento de vitimações e da baixa idade das vítimas é que fomos impelidos a buscar entender porque são as crianças e os adolescentes as vítimas preferenciais dos abusadores, bem como, entender o impacto do estupro em suas vidas.

MÉTODO

Optamos pela realização de uma pesquisa de campo de natureza qualitativa, considerando que esse tipo de estudo oferece uma perspectiva ampla para a exploração dos conhecimentos que desejamos adquirir.

Segundo Minayo (2004), esse tipo de pesquisa preocupa-se com um nível de realidade que proporciona a compreensão e explicação da dinâmica social, trabalhando com um universo de crenças, valores, atitudes, motivos e aspirações.

LOCAL DA PESQUISA

Nossa pesquisa envolveu duas de situações de entrevista:

1. Entrevistas realizadas com mulheres adolescentes na sala de atendimento clínico do Serviço de Psicologia do Hospital Universitário, do programa “SAVAS”.
2. Entrevistas realizadas com mulheres adolescentes na sala de atendimento psicológico no Programa SENTINELA.

As mulheres foram encaminhadas aos dois programas principalmente pelo Instituto Médico Legal, Delegacia da Mulher, Delegacia Especializa de Repressão a Crimes contra a Criança e Adolescentes.

PARTICIPANTES

A pesquisa foi realizada com 18 mulheres, com idade a partir de onze anos, que procuraram atendimento em dois órgãos especializados. As 18 mulheres foram distribuídas em dois grupos quais sejam: 12 mulheres vítimas de abuso sexual extrafamiliar (abuso praticado por alguém de fora do grupo familiar) e 6 mulheres vítimas de abuso sexual intrafamiliar (abuso praticado por alguém do grupo familiar).

Como cuidado ético procuramos entrevistar mulheres que passaram por essa experiência cuja ocorrência já tivesse decorrido no mínimo um ano, em função de entendermos que a passagem desse tempo proporcionaria melhor elaboração de sentimentos e pensamentos mobilizados pelo ocorrido. Assim, nossa pesquisa foi submetida à comissão de ética

em pesquisa e após análise da comissão foram aprovados os protocolos e os procedimentos de coleta de dados de conformidade com as normas contidas tanto na resolução 196/96, do conselho nacional de saúde, quanto na resolução 016/2000, do Conselho Federal de Psicologia.

AS ENTREVISTAS

A entrevista seguiu um roteiro semi-diretivo, coletando inicialmente informações sócio-demográficas, como idade, endereço, escolaridade, com quem residia, entre outras; logo após a coleta dessas informações a entrevista se manteve totalmente aberta para que fosse possível obter informações sobre o possível impacto do abuso sexual em suas relações afetivas e sexuais, bem como de outros aspectos após a experiência vivida. Desse modo, pedimos a nossas entrevistadas que nos falassem sobre o que lhes aconteceu, como aconteceu, onde aconteceu, quem foi o responsável e, como ela se sentiu na época do ocorrido e como estava a vida dela depois de um ano da ocorrência do abuso sexual.

Para a realização das entrevistas nas instituições acima citadas, foi necessário colhermos autorização formal, obtida mediante a submissão prévia do Projeto de Pesquisa aos respectivos Comitês de Ética, em obediência à Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e à Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia, autorização para realização de pesquisa junto à Direção do Hospital, coordenação do setor de psicologia e demais psicólogos do setor de Psicologia do Hospital.

Cada uma delas teve em média a duração de 60 a 90 minutos e durante a entrevista, o entrevistador manteve-se com atenção receptiva a todas as informações fornecidas, quaisquer que fossem, intervindo somente com discretas interrogações de conteúdo ou com

sugestões que estimulassem a expressão mais circunstanciada das questões investigadas. Dessa forma, pedimos para a pessoa entrevistada que nos falasse sobre a violência sexual de que ela foi vítima e como ela percebia o abuso sexual sofrido e, a partir do que foi sendo dito, perguntamos se podia nos explicar com mais detalhes algo que foi relatado e que estivesse relacionado ao objetivo da pesquisa. Sugerimos alguns aprofundamentos direcionados para a obtenção de respostas de acordo com o foco da pesquisa. As entrevistas foram contextualizadas considerando a escolaridade e cultura do participante entrevistado (LISBOA e KOLLER, 2002).

PROCEDIMENTOS UTILIZADOS

Em um programa Sentinela, o contato para o convite às mulheres vitimadas foi feito pela psicóloga do programa que encaminhou as jovens vitimadas para a entrevista com a pesquisadora. No Hospital, o convite foi feito em um caso pela psicóloga que ainda estava atendendo a uma pessoa vitimada e a encaminhou para a entrevista, e as outras vítimas foram contatadas pela funcionária designada para a tarefa de suporte aos psicólogos que fazem atendimento no setor.

Os dados coletados foram analisados qualitativamente após a transcrição das entrevistas. A transcrição destes relatos foi feita respeitando a fala das participantes, porque havia a preocupação em preservar o discurso das entrevistadas. Os dados sobre as vítimas foram complementados pelas informações do documento de anamnese e pelas anotações no diário de campo.

As entrevistas foram analisadas de acordo com a técnica de análise de conteúdo sugerida por Bardin (1979) que sugere à categorização temática do conteúdo e o reagrupamento do conteúdo em categorias.

ANÁLISE DE RISCOS E BENEFÍCIOS

Por se tratar de um tema considerado muito pessoal, privado, avaliamos que o próprio ato de recordar o ocorrido poderia mobilizar sofrimento psíquico para as participantes. Assim, no primeiro momento da entrevista com as participantes da pesquisa, seguimos a orientação de Lisboa e Koller (2002) e dedicamo-nos ao “*rapport*, que é imprescindível para a criação do vínculo profissional-pessoa focalizada, garantindo o entendimento das participantes acerca dos procedimentos da pesquisa, do contrato de sigilo e da ausência de expectativa do pesquisador sobre respostas certas ou erradas” (p. 195). Expusemos nossos objetivos, o papel da pesquisadora no processo, e as implicações, para cada um dos envolvidos, e ao aceitarem participar, firmamos o termo de consentimento informado com as participantes da pesquisa e com os seus responsáveis.

No momento inicial da entrevista, também informamos às participantes que a instituição poderia fornecer apoio psicológico naquele momento e após a entrevista, caso elas sentissem necessidade de trabalhar emoções desencadeadas a partir da entrevista.

Colocamos à disposição contato telefônico para todas as participantes, mesmo tendo encerrado a coleta de dados, caso elas julgassem necessário o apoio profissional devido a algum desconforto produzido durante as entrevistas.

Das dezoito participantes, doze passaram, logo após a entrevista, a participar de atendimento psicológico individual e grupo terapêutico com a psicóloga pesquisadora. As participantes disseram que já na entrevista se sentiram bem, desabafando sentimentos guardados e que gostariam de “melhorar” ainda mais sua saúde, fosse através de atendimento individual ou interagindo com outras mulheres vitimadas em grupos terapêuticos formados para atender a esse tipo de demanda.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados retratam a situação de sofrimento e dificuldades afetivas vivenciadas pelas mulheres que sofreram estupro. Analisando a relação entre o sofrimento e a forma como as adolescentes lidam com esta situação, observamos que o sofrimento assume diferentes contornos, tornando-se mais ou menos intenso dependendo do significado atribuído às dificuldades.

Identificamos em nossa pesquisa como conseqüências do abuso nos grupos intrafamiliar e extrafamiliar, dificuldades que apareceram logo após o ocorrido e que foram segundo as entrevistadas de curta duração e consideradas por nós, como de curto prazo e incluem os medos generalizados, depressão, isolamento e baixa auto-estima.

Os efeitos considerados a longo prazo em nossa pesquisa foram aqueles identificados pelas vítimas nos dois grupos como os que ainda persistem, mesmo já tendo decorrido algum tempo do abuso sexual. São eles: insegurança, pesadelos, nervosismo, falta de apetite, gastrite, depressão crônica, frieza nas relações sexuais, raiva da família e medo constante da repetição do abuso.

Nesta pesquisa, identificamos que muitas das conseqüências anunciadas pela literatura sobre o assunto foram vivenciadas logo após o abuso pelas participantes do grupo que sofreram abuso extrafamiliar. Após um ano do abuso sexual, algumas ainda não tinham superado os problemas gerados pelo evento violento que sofreram, apresentando várias conseqüências negativas em suas vidas, sendo essas dificuldades caracterizadas como: medo de dormir sozinha, dificuldades de manter relações sexuais com o namorado, interferência nos estudos, nas relações familiares, depressão, medo de não casar por não ser virgem, medo de ir para o trabalho, cansaço, dor de cabeça, esquecimento acentuado, isolamento, baixa

auto-estima, interferência no relacionamento com o filho, vergonha, perda do interesse sexual, interrupção dos estudos, evitar contato físico, medo de que os outros venham a saber o que ocorreu com ela, sentimento de culpa, sentir-se constantemente suja, rebeldia, mentiras nas relações familiares, falta de confiança nas pessoas, não conseguir se apaixonar, término do relacionamento amoroso para ficar sozinha, gravidez, aborto, saída da casa dos pais, saudade do convívio com família, solidão, pânico, falta de apetite, emagrecimento exagerado, falta de ar, enjôo, saudade dos familiares por ter sido isolada deles, ameaça de violência física por parte do padrasto, nervosismo, insegurança, insônia, pesadelos, contração de doenças sexualmente transmissíveis, vício em drogas, crise de histeria, gastrite, tentativa de suicídio, rancor em relação à família, frieza nas relações sexuais e afetivas com os homens, dificuldades no relacionamento com a mãe, medo da repetição do abuso sexual.

Por outro lado, quando algumas mulheres, crianças ou adolescentes recebem apoio social, as dificuldades originadas pela violência podem melhor ser superadas e os sintomas apresentados não repercutem de forma muito intensa em suas vidas.

Esses autores ressaltam que o tratamento para essas dificuldades muitas vezes pode durar muitos anos e os danos psicossociais são vistos como dificuldades afetivas, sexuais e de socialização, baixa auto-estima, além de depressão, por vezes muito grave. Ressaltam que o trauma maior da vitimização vem da atitude altamente reativa e emocional dos pais ou das pessoas com as quais ela convive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que o impacto traduzido em conseqüências na saúde das mulheres, mesmo depois de decorrido um ano ainda atrapalha a vida das mulheres entrevistadas, interferindo

negativamente em seus relacionamentos sociais, sexuais e familiares. Os resultados corroboram estudos anteriores, demonstrando a relação entre o tipo de sofrimento e a decorrência do tempo.

A pesquisa nos revelou que a forma como o cuidador desempenha seu papel não abusivo, sendo receptivo e continente para as angústias das crianças e adolescentes, é primordial para que a vítima enfrente de maneira mais positiva a violência sofrida, independente do tipo de abuso, se extra ou intrafamiliar. No grupo extrafamiliar o impacto a curto prazo parece ser mais nocivo tendo em vista que o abusador geralmente se utiliza de violências adicionais tais como ameaça de morte, o que raramente ocorre no grupo intrafamiliar, onde a principal arma dos abusadores é a sedução e o estabelecimento do segredo.

Constatamos que a auto-culpabilização das vítimas que também causa grande sofrimento pode ser amenizada por serviços especializados prestados diretamente as vítimas, principalmente por médicos, psicólogos e psiquiatras bem como, apoio aos cuidadores no sentido de orientá-los em como lidar com a vítima. Além do sofrimento decorrente do abuso e do envolvimento nos procedimentos para sua elucidação e responsabilização, elas terão que enfrentar as drásticas transformações familiares e os reflexos emocionais delas decorrentes, como bem indica o estudo desenvolvido por Costa et al (2007).

Entendemos que o enfrentamento da violência se coloca como um grande desafio, dada sua crescente complexidade. Muito ainda tem que ser feito para que a população possa identificar os efeitos perversos da violência, e reconhecer a perigosa mensagem que as experiências de vitimação pelo abuso sexual transmitem aos jovens, e entenda a necessidade de se empreender esforços contra isso, para que a própria sociedade não se torne cada vez mais produtora de violência.

Se desejarmos relações não violentas, o primeiro passo a nosso ver é conhecer como os problemas relacionados a ela se configuram, garantindo a sua articulação com o respeito à integridade humana, respeito que é necessário para o pleno exercício da cidadania (ALVIM & SOUZA, 2005).

Entendemos também que o resgate da cidadania em todos os níveis em que se apresenta violentada depende de mobilização política e da criação de mecanismos jurídicos, o que certamente se constitui, a longo prazo.

Verificamos, ao longo do estudo, que a violência não pode ser analisada de maneira simplista e, sobretudo, que não basta responsabilizar a família, nem se fundamentar em critérios tradicionais para compreendê-la. Entendemos que é necessário colocá-la em discussão e aceitar que esse campo está relacionado a um saber ainda em construção, que não comporta um único sentido. Por isso, acreditamos que a violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres, tem que ser entendida em suas determinações históricas.

Assim, pesquisar sobre o estupro, nos permitiu identificar questões relevantes no tocante a esse tipo de violência. Identificamos que, assim como outras cidades brasileiras, nossa cidade é marcada pela violência que acomete grandes centros urbanos o que se reflete nas relações sociais entre seus moradores e nutrem-se da omissão ou da falência pública para lidar com a questão e ganham força na silenciosa cumplicidade social. O grande número de vítimas nesta modalidade confirma a precariedade das políticas públicas, incapazes de assegurar de fato a proteção integral a crianças e adolescentes, defendida e assegurada no Estatuto da Criança e do Adolescente e a mulheres que vivem em situação de violência.

Desse modo, outros estudos dedicados ao assunto ainda são necessários no contexto

nacional para que tenha uma dimensão mais apurada das dificuldades vividas pelas mulheres vitimadas de estupro.

REFERÊNCIAS

- Alvim, S. F. & Souza, L. (2005) *Homens, mulheres e violência*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. A. (2000). *Crianças vitimadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu.
- Bardin, L. (1979) *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bedonel, A. J. & Faúnde, A. (2007) Atendimento integral às mulheres vítimas de violência sexual: Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Universidade Estadual de Campinas. *Cadernos de Saúde Pública* v.23 n.2 Rio de Janeiro fev.
- Chauí, M. (2006) *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez.
- Costa, J. F. (1986) *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.
- Fagundes, T. L. Q. (2001) *Do desvio individual ao problema social: uma análise dos abusos e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Disponível em: www.violenciasexual.org.br. Captado em 13. 09. 2003.
- Ferrari, D. C. A. (2002) Definição de abuso na infância e na adolescência. Em Ferrari D. C. A. & Vecina, T. C. C. (Orgs.) *O fim do silêncio na violência familiar.: teoria e prática* (pp. 84-93). São Paulo: Ágora.
- Forward, S. & Buck, C. (1989) *A traição da inocência: o incesto e sua devastação*. (Trads. Sergio Flaksman) Rio de Janeiro: Ed. Rocco.

- Furniss, T. (2002) *Abuso Sexual da Criança: Uma Abordagem Multidisciplinar*. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Gonçalves, H. S. (2003) *Infância e violência no Brasil*. Rio de Janeiro: Nau Ed/FAPERJ.
- Higa, R.; Mondaca, A. D. C. A.; Reis, M. J. R.; Lopes, M. (2008). Atendimento à mulher vítima de violência sexual: protocolo de assistência de Enfermagem. *Revista da Escola Enfermagem*. USP vol.42 n. 2 São Paulo.
- Jowkes, R. Wood, K. Maforah, F. (1997) “*He forced me to love him*”: *Putting violence on adolescent sexual health agendas*. Disponível em: www.periodicosapes.br. Captado em 07/07/1998.
- Korbin, J. E. (1988) Child abuse and neglect: the cultural context. Em Helfer, R. E. & Kempe, R. S. C. *The battered child*. Chicago: Un. Chicago Pres.
- Lewis, M. & Wolkmar, F. (1993) *Aspectos clínicos do desenvolvimento na Infância e Adolescência*. Porto Alegre: Artes médicas Sul.
- Lisboa, C. S. M. & Koller, S. H. (2002) Considerações Éticas na Pesquisa e na Intervenção sobre violência Doméstica. Em Hutz, C. S. *Situações de Risco e Vulnerabilidade na Infância e na Adolescência: Aspectos Teóricos e Estratégias de Intervenção* (pp.186-212). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Minayo, M. C. S. (2004) *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec/Abrasco.
- Ministério da Saúde (2005). *Normas sobre a prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes*. Brasília: Área Técnica Saúde da Mulher. Departamento de Gestão de Políticas Estratégicas. Secretária de Políticas da Saúde.
- Oliveira, E. M.; Barbosa, R. M.; Moura, A. A. V.; Von Kossel, K.; Morelli, K.; Botelho, L. F. F.; Stoianov M. (2005). Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. *Revista de Saúde Pública* v.39 n.3, São Paulo, jun.
- Oshikata C. T.; Bedone, A. J.; Faúndes, A. (2005) Atendimento de emergência a mulheres que sofreram violência sexual: características das mulheres e resultados até seis meses pós-agressão. *Cadernos de Saúde Pública*. vol.21 no.1 Rio de Janeiro Jan./FEB.
- Pedrosa, C. M. (2009) A construção de uma ferramenta social para promoção da saúde e dos direitos das mulheres. *Revista Paidéia*, V.42 N.19.
- Rain Statistics* (2003) Captado em 31 de dezembro de 2004: <http://www.rainn.org/statistics.html>.
- Relatório do Programa Sentinela* (2003). Manaus, Amazonas, 2003 & 2004.
- Rodrigues, J. L.; Brino, R. F.; Williams, L. C. A. (2006) Concepções de sexualidade entre adolescentes com e sem histórico de violência sexual. *Revista Paidéia* (Ribeirão Preto): 16 (34): 229-240, Mai-Ago.
- Scodelário, A. S. (2002). A família abusiva. Em Ferrari, D. C. A. & Vecina, T. C. C. (Orgs.) pp. 95-106. *O fim silêncio na violência familiar. Teoria e Prática*. São Paulo: Ed. Agora.
- Souza, L. (2005) Processos de Identidade social: da intolerância e violência à utopia solidária. Em *Anais do Simpósio Nacional*

de Psicologia Social e do Desenvolvimento e X Encontro Nacional do PROCAD (PP.131-138) - Psicologia /CAPES, Violência e Desenvolvimento Humano: Textos completos.

Souza, L. V. & Ristum, M. (2005). Relatos de violência, concepções de violência e práticas escolares de professoras: em busca de relações. *Revista Paidéia* (Ribeirão preto): 15 (32):377- 385, Set-Dez.

Teles, M. A. A. & Melo, M. (2002). *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense.

Vigarello, G. (1998) *História do Estupro – Violência Sexual nos Séculos XVI-XX*. (tradução de Lucy Magalhães) Rio de Janeiro: Zahar.

Viodres, S. R. & Ristum (2008). Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. *Estudos de Psicologia*, V. 25, N. 01, 11-21.